

CARTA ABERTA DOS EDUCADORES DO CEPROCAMP SOBRE O RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS

Saudações aos nossos estudantes e familiares, servidores das escolas, sr. prefeito, sra. secretária de educação, sras. e srs. vereadores, conselheiras e conselheiros do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Saúde.

Nós, servidores municipais do Centro de Educação Profissional de Campinas – Prefeito Antonio da Costa Santos, acreditamos no poder de mobilização dos professores para a garantia de direitos e de serviços públicos de qualidade como exercício democrático. Sendo assim, apresentamos este documento, esta carta-aberta com as ponderações que seguem nos parágrafos seguintes: retorno presencial das atividades escolares a partir de 07 de outubro de 2020 e os casos de COVID na Região Metropolitana de Campinas.

Nesta oportunidade, vimos a público manifestar que o nosso descontentamento se ampara na atual situação de saúde pública e de isolamento social. Dados atualizados do Consórcio Brasil indicam quase 143 mil vítimas fatais da COVID no território nacional.

Só na cidade de Campinas são 33.117 casos confirmados e 1233 óbitos, conforme notificações do comitê de Saúde do município, apesar das pessoas pertencentes à comunidade escolar – estudantes, professores e demais servidores – não estarem circulando pelas cidades, e nem se deslocando entre suas casas e escolas ou compartilhando espaços, entre si, e depois em casa com familiares que possam pertencer ao grupo de risco, assim como não importa se os estudantes que retornarão às escolas são 10 ou 35%, ou apenas aqueles que não conseguiram interagir com professores durante estes seis meses.

Em outras palavras, sabemos que o retorno às escolas vai impulsionar novas contaminações e não compreendemos a suposição de que o Ceprocamp esteja mais preparado para reabrir ou que o risco de transmissão do novo coronavírus seja menor, pois nossa preocupação é sobre o protocolo de retorno que neste momento deixa a desejar nas condições de segurança sanitária e risco de vida à comunidade escolar, bem como questões pedagógicas relacionadas com a atual situação, haja vista a situação da estrutura física da escola: a existência de apenas dois banheiros sem ventilação para todos os servidores, inexistência de uma área para alimentação dos alunos e demais funcionários, assim como das salas de aula que não apresentam ventilação adequada, cujas temperaturas são elevadas no verão, o que não garante aprendizado pedagógico e bem-estar físico, tão necessários ao aprendizado.

Considerando as questões pedagógicas (ensino-aprendizagem), a forma como o retorno está sendo proposto no modo híbrido (presencial e remoto) não garante acesso a todos os alunos e faz com que os professores precisem atender tanto em sala de aula

quanto na plataforma virtual, o que também acarreta falta de tempo de preparo das aulas e atividades a serem postadas na plataforma. Além disso, haverá sobrecarga de trabalho aos professores substitutos que estão acompanhando cerca de cinquenta turmas em plataformas virtuais, o que acarretará também na sequência de aulas, e, logo, à compreensão do aluno.

Desta forma, pontuamos que é muito importante um debate amplo e informado com estudantes, professores e funcionários sobre alguns aspectos fundamentais como: os riscos, as condições de atuação docente e de estudo para os discentes, as condições estruturais do espaço físico escolar, os limites da formação pedagógica principalmente para formandos, os quais terão uma formação defasada e aligeirada. Além disso, é imprescindível a necessidade de planejamento pedagógico do ano letivo de 2021, considerando o direito dos estudantes a uma formação que corresponda ao plano de curso e projeto político pedagógico da escola.

Em suma, é imprescindível reiterar que os servidores não compactuam com esse retorno (des)organizado a partir de protocolos que não abarcam questões estruturais do local de aula e sem uma discussão refletida entre toda a comunidade escolar que discuta benefícios e ônus de uma volta ao presencial para os meses de outubro, novembro e dezembro, pautado por protocolos de segurança que não consideram as condições estruturais do Cetrocamp, desconsiderando também as questões pedagógicas, psicossociais e formativas.

Campinas, 30 de setembro de 2020

Ellen Pompei
Juliana Morais Belo
Marcos Paulo Hirayama
Teresa Candolo
Regislene Dias de Almeida
Andréa Regina Sampaio Pereira
Regianne Fontana
Allison Thiago Bortolazo
Tércia Magalhães Barreira Viadanna
Marta Maria Pagadigorría Ribeiro
Karina Hymnô de Souza
Adriana A. B. Gomes da Silva
Osmar Alves Teixeira
Claudia Nishibe Furegatti Spinella
Wagner da Cunha Alvares
Fernando Sabino
Weslley Garcia Sanches

Ingred Luana Souza Rosário Tanihara
Luciana de Paiva Meira
Bruno Kenzo Kagawa
Maurilio Lopes de Santana
Denilson José Fernandes Pereira
Vanessa Ferreira Magnin
Saul Afonso Camargo
Jakson Da Cruz Pereira
José Augusto Polizello
Mônica de Medeiros Rezende
Ricardo Augusto Bueno
Edison Benedito Lopes Marcon
Edvaldo da Costa Passos Junior
Rodolfo da Silva Santos
Paula Regina da Costa
Diego Salviano de Matos
Eriksen Koji Miyasaki
Vilson Roberto de Oliveira
Alencar José de Oliveira Scafi
Alexandre Emigdio da Silva
Misael Victor Nicoluci
Wagner Gomes Sebastião
Érika Kate de Oliveira Lima
Fábio Nascimento da Silva
Ana Flávia Grespan Bassi
Gustavo Baroni Steger
Reginaldo Roberto da Silva

Observação: Assinaturas colhidas no dia 30/09/2020, podendo haver mais adesão de outros servidores.